

A PRÁTICA DO URBANISMO¹

■ PHILIPPE PANERAI

FORMAS URBANAS

Esta contribuição nos dá a oportunidade de fazer um balanço de um trabalho ao mesmo tempo individual e coletivo que se desenvolve, há 20 anos, em torno das mesmas questões: a forma da cidade, as formas na cidade. Itinerário que permite, esperamos, precisar certas noções ou até mesmo alguns conceitos.

Essas reflexões e esses trabalhos desenvolveram-se no seio de uma escola de arquitetura, ou seja, são indissociáveis

As pesquisas sobre as relações entre a arquitetura e as cidades nos últimos 20 anos na França é o percurso escolhido pelo autor para discutir as lógicas territoriais que estruturam os tecidos urbanos e os processos de construção informados pelas práticas e pelas técnicas. Desenvolvendo sua reflexão a partir da tipomorfologia e em torno de quatro eixos - escala territorial, traçados e tecidos urbanos, tipos construídos e tecidos urbanos e formas urbanas -, o autor defende que, mais que colocar em evidência formas-objetos oferecidas em modos sucessivos, a análise urbana deve perseguir a compreensão dos fenômenos que ancoram a cidade na duração. A abordagem das formas urbanas é, portanto, inevitavelmente diacrônica e aberta a determinações complexas.

Tradução: Ana Fernandes
Revisão: Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes

■ **Arquiteto, pesquisador do Laboratório de História Arquitetural e Urbana e professor da Escola de Arquitetura de Paris-Versailles**

das interrogações que acompanharam o questionamento do ensino da escola de belas-artes, cujas repetidas crises (1962, 64, 66) encontraram sua saída na explosão de 1968 e na criação das Unidades Pedagógicas, hoje transformadas em escolas de arquitetura. Porém, para além da questão do ensino, essas pesquisas são sensíveis à própria evolução das práticas profissionais dos arquitetos e dos urbanistas. Algumas vezes elas acompanharam essas mudanças fornecendo uma referência teórica ou um suporte de conhecimento a maneiras de fazer que se pretendiam novas: elas sofreram os contragolpes das modificações da demanda, consequência das condições econômicas e dos efeitos da moda que constituem a resposta superficial do meio arquitetônico a essas novas condições.

Pretendendo retrazar o trabalho de uma equipe, não se pode ignorar a produção de outros grupos com os quais numerosas trocas aconteceram. É necessário se resguardar ainda de passar *a posteriori* a imagem idílica de uma convergência organizada desde o início. O ponto de vista adotado, ao privilegiar as formas urbanas, pode dar essa impressão. Mesmo se os encontros ocorridos enriqueceram a problemática inicial, eles não impediram o desenvolvimento de outros trabalhos os quais não serão aqui abordados.

HERANÇAS

Aproximações diversas, embrionárias, incompletas e, às vezes, incertas só tomaram uma significação plena à medida que diversas ocasiões permitiram

associá-las em torno de um objeto de estudo. Elas, no entanto, tinham desde a origem um ponto comum que, sem dúvida, favoreceu seu desenvolvimento e sua associação, qual seja aquele de se situarem em oposição às práticas do meio arquitetônico e aos discursos dominantes do ensino da arquitetura. Este, de uma maneira caricatural na escola de belas-artes, e mais sutilmente nas escolas estrangeiras, se caracteriza no após Segunda Guerra pela aliança generalizada de duas tendências até então opostas: a tradição acadêmica e o movimento moderno. Tanto uma quanto o outro esvaziaram qualquer referência à cidade existente, taxada de todos os males.

O formalismo modernista - em que os efeitos gráficos do neoplasticismo substituíram a composição à la belas-artes sobre uma folha branca e no qual a realidade é levada tanto quanto possível a esta situação de **tábula rasa** pregada pelos CIAMs² - é concretamente produzido por aquisições fundiárias de grande envergadura: grandes conjuntos habitacionais e pesadas operações de renovação urbana testemunham esse processo.

Ao mesmo tempo, o urbanismo oscila entre um sonho de planificação territorial, no qual os fluxos e as auto-estradas tornam-se os elementos primordiais, e um desejo de racionalizar as relações sociais, em que a forma urbana, considerada apenas como sua projeção, não é objeto de nenhum estudo específico.

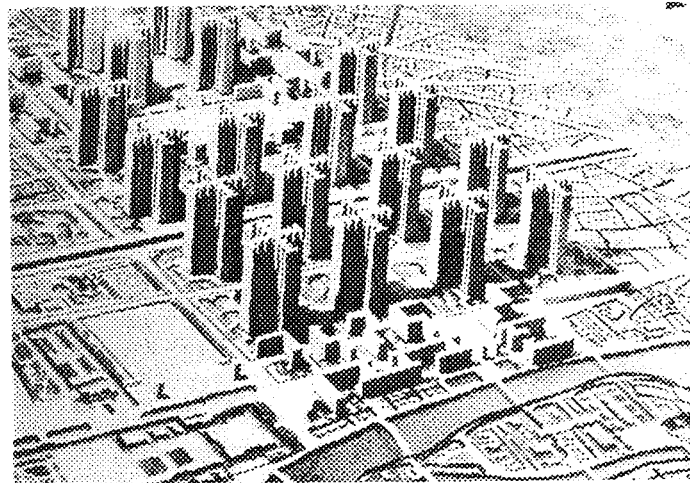
É nesse contexto, do qual nos apercebíamos, confusamente, quão deslocado ele estava da realidade, que se desenvolveram nossas primeiras interrogações; com uma consciência viva, não desmentida depois, de que a crise da arquitetura (e de seu ensino) era, antes de mais nada, **a crise das relações entre a arquitetura e as cidades.**

AS PRIMEIRAS PISTAS E O DEBATE SOBRE A TIPOLOGIA

Sem fazer uma concessão ao fetichismo da pluridisciplinaridade, pode-se ver na criação das escolas de arquitetura uma ocasião de reunir professores de disciplinas diferentes trazendo seus próprios métodos e problemáticas. A corrente que se desenvolveu na Escola de Arquitetura de Versailles a partir de meados dos anos 70, no interior da Associação de Pesquisa ADROS e, depois, do Laboratório de Pesquisa sobre História Arquitetural e Urbana-Sociedades, é largamente tributária dos trabalhos e das preocupações anteriores de seus membros. Sucintamente, podemos citar quatro eixos de reflexão que, independentes na origem, foram progressivamente entremecendo-se até se tornarem, hoje, um conjunto de problemáticas comuns.

A Escala Territorial

A escala territorial e os grandes fatos de estrutura dependem de uma abordagem de geógrafo (M. Demorgon), que relaciona a análise dos fatos urbanos à compreensão de um espaço geográfico moldado pela longa duração. Formas



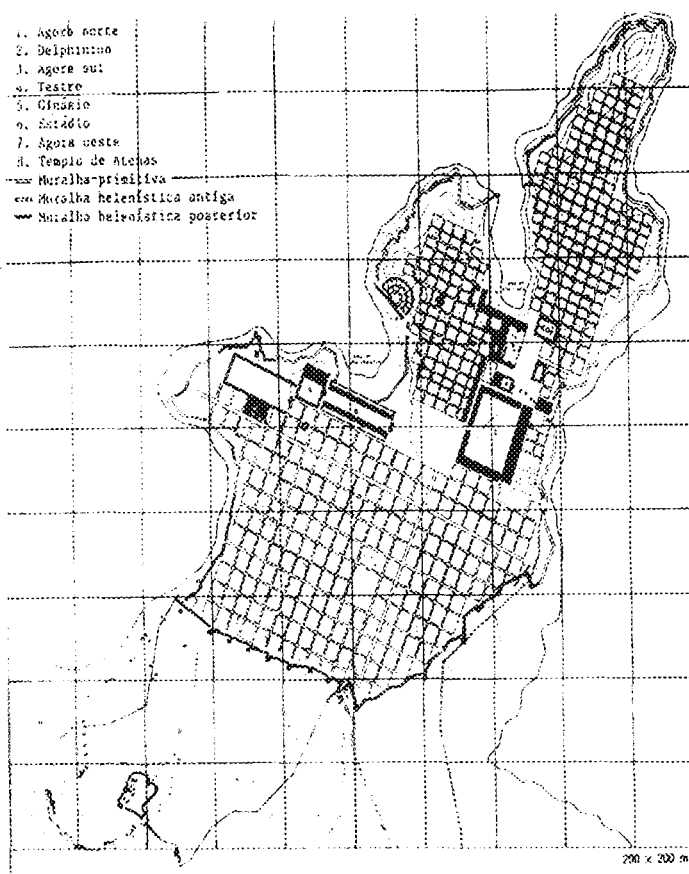
Plan Voisin de Le Corbusier

arquiteturais e atividades aparecem aí como manifestações datadas cuja sucessão revela a permanência dos traçados e a inscrição de lógicas estáveis no solo. A cidade é aqui um momento, entre outros, de uma história dos territórios apreendida a partir do binômio permanência/transformação, derivando daí um interesse particular no estudo dos subúrbios onde esses fenômenos são observáveis em processo.

Partindo de uma escala mais familiar aos arquitetos, a **análise do construído** constituiu uma primeira aproximação das formas urbanas. Experimentada primeiramente nos estudos de vilarejos, onde o número de objetos é limitado, e depois em alguns bairros parisienses (Castex, Panerai, 1971), a tipologia revelou-se um meio de dar conta do conjunto das construções banais, conservando-se afastada de abordagens pitorescas e folclóricas. O caráter da distribuição dos edifícios e as lógicas da associação entre eles possibilitaram levar em conta a estrutura de parcelamento no interior da qual construções são edificadas e refletir sobre o papel dos espaços públicos como suporte dessa estrutura. Um trabalho sistemático sobre as modalidades físicas do crescimento das cidades (ou dos vilarejos) permitiu relacionar a compreensão das formas arquitetônicas *in situ* àquela da organização do território e apreender, no tempo, a relação rua/estrada ou o parcelamento agrícola/tecido urbano.

Ainda nesse período (1970-1974), o interesse pela arquitetura parisiense, particularmente a dos séculos XVIII e XIX, permitiu que nos interrogássemos sobre as relações entre arquitetura erudita e arquitetura banal, assim como mensurarmos a importância dos álbuns, dos catálogos, dos manuais e dos tratados como veículos de modelos arquitetônicos e urbanos dos quais as cidades apresentam tantas manifestações concretas.

Enfim, na linha de trabalhos de H. Lefebvre e do Instituto de Sociologia Urbana, uma reflexão sobre o espaço do



Mileto: a quadrícula como base da urbanização

habitante foi iniciada (J-Ch. Depaule). À diferença de outros pesquisadores³ que procediam exclusivamente a partir da análise do discurso dos habitantes, essas pesquisas concederam papel importante à **observação das manifestações concretas da prática** relacionando-as às disposições do construído e, portanto, à cidade. Localização dos objetos, levantamento das transformações e dos acréscimos, anotações das apropriações diversas que não concernem apenas à esfera íntima, familiar. Elas dependem de lógicas que se inscrevem num tipo de parcelamento e se orientam em relação a um espaço público.

Deste período largamente marcado pela assimilação de trabalhos italianos (Muratori, Aymonino, Rossi), sobressaem algumas noções que continuam úteis a nosso ver:

- a importância do espaço público como organização do tecido e a permanência de seu traçado;
- a importância do parcelamento como base da edificação e como suporte das práticas;
- a importância do conhecimento dos estados anteriores para compreender as situações atuais, e isto em diferentes escalas de análise: território, cidade propriamente dita, bairros ou fragmentos do tecido, tipo de parcelamento;

• o papel da tipologia para dar conta da construção banal numa visão de conjunto que a história da arte tradicional se mostra incapaz de apreender.

O debate sobre a tipologia domina este período. Nós nos lembraremos das primeiras traduções mimeografadas de Aymonino assim como do artigo de C. Devillers (1974). Ele se prolonga ainda nos anos que se seguem. Um artigo por mim publicado em 1979 tentava fazer um balanço e propor um método de análise tipológica sistematizando as proposições de Muratori e Aymonino. Dele retomaremos duas passagens.

A propósito do trabalho de **Muratori**:

Em Veneza se desenvolve, durante esse período, um trabalho paciente e modesto cujo interesse só aparecerá muito mais tarde e que vai colocar em termos novos a relação da arquitetura com a cidade. O trabalho de Saverio Muratori, publicado em 1959, é o primeiro marco de uma série de estudos e de pesquisas que marcam a reflexão arquitetônica contemporânea. Nomeado em 1950 para a cadeira “Características Distributivas dos Edifícios” e em 1954 para a de “Composição Arquitetônica”, Muratori orienta o seu ensino para o duplo objetivo de evitar a ruptura entre as disciplinas técnicas e as disciplinas históricas e teóricas, e de recolocar a arquitetura (e a crise da arquitetura) na crise urbana. Durante 10 anos ele realiza, com os professores e estudantes do Instituto de Arquitetura de Veneza, um estudo do tecido urbano da cidade baseado no método tipológico. Cursos e trabalhos práticos formam um todo que integra o estudo histórico, a análise arquitetônica, o levantamento construtivo e que pode ser definido como uma história do construído. Deste estudo largamente documentado pelo levantamento e pela análise precisa de amostras importantes do tecido urbano, o autor tira três lições fundamentais:

– “o tipo não se caracteriza fora de sua aplicação concreta, isto é, fora do tecido construído”;

– “o tecido urbano, por sua vez, não se caracteriza fora de seu quadro, isto é, fora do estudo do conjunto da estrutura urbana”;

– “o estudo de uma estrutura urbana só se concebe em sua dimensão histórica pois sua realidade se funda no tempo por uma sucessão de reações e de adições a partir de um estado anterior”.

Apreendido por “uma análise tipológica que tenta evitar cair na classificação puramente abstrata e que se recusa, por outro lado, a se isolar numa contemplação puramente estética”, o tecido urbano é tomado como um todo, onde as edificações só desempenham o papel de elementos. De onde a expressão de *tipologia edilizia* que retomará Aymonino, isto é, uma tipologia que engloba “não apenas as edificações, mas os muros, as ruas, os jardins, o construído da cidade, a fim de classificá-los em relação a uma forma urbana de um período histórico dado”. (Panerai, 1979.)

A propósito do trabalho de **Aymonino**:

A tipologia - o estudo dos tipos (é apenas por extensão que a palavra designa às vezes a totalidade dos tipos estudados) - é apresentada como “*um instrumento e não uma categoria, ...é um dos instrumentos que permitem conduzir o estudo dos fenômenos urbanos*”. Instrumento de trabalho, “*é necessário não se prender a uma definição única da tipologia, mas a redefinições constantes em função das pesquisas*”. E Aymonino, a partir do (seu) estudo sobre Pádua, do de Muratori sobre Veneza, dos trabalhos de Aldo Rossi sobre Milão, etc., estimula a expansão de estudos análogos a fim de recolher material para o conhecimento da “*cidade européia*” e verificar ou contradizer suas hipóteses, deixando claro que cada cidade demanda um trabalho particular e uma redefinição dos conceitos empregados. O estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana é “*o meio para se compreender a estrutura da cidade ao mesmo tempo enquanto continuidade histórica de um processo e como fenômeno parcial de uma tal continuidade*”; ele não constitui um fim em si e se faz acompanhar de uma análise dos **elementos da estrutura urbana e dos processos de crescimento**. Isto porque não se trata apenas de fixar uma imagem em um instante dado e numa localização precisa mas, através de uma atenção particular às modificações que afetam a cidade no tempo e no espaço, identificar as rupturas que estão na origem da **formação da cidade contemporânea** (chega-se aqui à problemática que será desenvolvida em *Le Città capitali*).

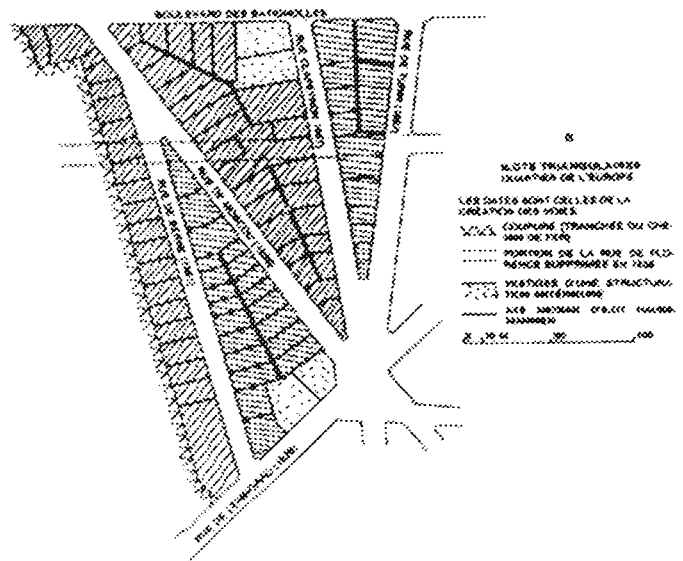
Uma dessas rupturas é “*o momento em que a cidade engloba a muralha em sua própria forma, abandonando sua forma precedente, caracterizada arquitetonicamente pela presença do muro*”. É o momento em que não há mais um **dentro** e um **fora**, mas um **centro** e uma **periferia** no sentido atual.

Uma outra, a “*mudança de escala tipológica*”, que se produz no momento em que a unidade de intervenção não é mais a casa ou a parcela construída, mas a quadra, o bloco, o loteamento. (Panerai, *op. cit.*)

É o parágrafo de conclusão que, em nossa opinião, guarda toda sua pertinência: “*A tipologia, tal como a entendemos, permite uma compreensão estrutural do tecido. Os tipos construídos aí aparecem duplamente determinados por uma cultura e uma localização. Mas essa determinação não tem nada de determinismo. Em um ponto dado e numa época precisa, várias soluções são possíveis, e os traços das ocupações anteriores continuam a marcar a forma urbana.*” (Panerai, *op. cit.*)

A questão da quadra, intuições e mal-entendidos

“*A quadra se impõe primeiramente como o resultado de um recorte, de uma leitura. Se a quadra urbana tradicional se apresenta como o conjunto de parcelas delimitado pelas ruas, isolado, e se caracteriza pela continuidade de sua epiderme e a oposição de suas faces (externa: sobre a rua, interna: sobre seu interior), ela não*



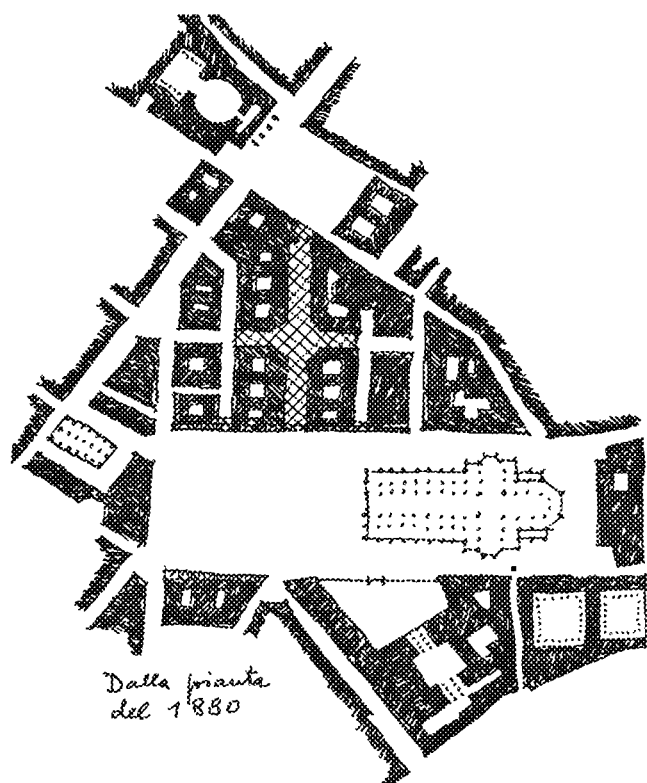
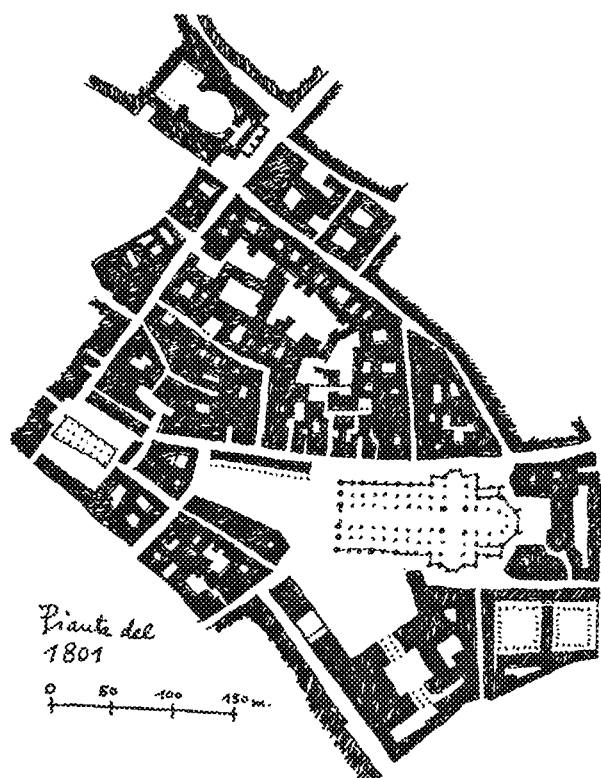
A quadra com associação de fileiras

pode ser reduzida a essa definição. Unidade constitutiva do tecido, a quadra é um agrupamento de edifícios organizados segundo uma lógica determinada, assegurando a cada espaço um estatuto reconhecido pela prática. Estudar a quadra tradicional e alguns de seus avatares recentes é não apenas conhecer a lógica da cidade antiga ou aprofundar tal ou qual capítulo da história da arquitetura. É colocar o problema atual da relação dos edifícios com os espaços que eles determinam e depois se interrogar sobre as conseqüências dessas disposições sobre as práticas dos habitantes”. (Castex, Depaule, Panerai, 1977.)

Assim terminava uma pesquisa realizada em 1974-1975 e publicada alguns anos mais tarde. Escolher a quadra para estudar a evolução das formas urbanas depende de uma intuição, aquela de que entre a cidade como totalidade e o edifício existem escalas intermediárias que permitem verificar as relações entre eles, mesmo se, na época (1975), as noções não estivessem ainda tão precisas quanto hoje.

Por **tecido urbano**, entende-se, ao mesmo tempo, **espaço público**: ruas, praças, bulevares, passagens, consideradas do ponto de vista de sua continuidade (apreendê-la em termos de traçados ou de figuras supõe uma outra reflexão, complementar a esta) e o conjunto de **lotes construídos** que constituem, numa primeira leitura, o negativo do tecido.

A quadra, “*isolada*” pelas ruas que a circundam, elemento de base das grandes urbanizações voluntárias e reguladas (as cidades gregas e romanas, as *bastides*⁴ medievais, as cidades hispano-americanas e anglo-saxônicas), aparecia-nos como uma amostra cômoda para observar as rupturas que, anunciadas na virada do século, se precipitaram após os anos 30 para transformar radicalmente a concepção dos tecidos



O isolamento moderno dos monumentos

urbanos e, em consequência, a das cidades. Esta comodidade de análise, porém, está na origem de vários mal-entendidos. Seja no domínio da pesquisa ou no do projeto, assiste-se a um fetichismo da quadra reduzida a uma forma: um perímetro construído circundando um centro vazio, incumbido de produzir, num lance seguro, o urbano.

Esta recuperação formalista que acompanha o desenvolvimento, sobretudo na França, do pós-modernismo, engendra dois tipos de atitudes: uma recusa em considerar a pertinência da questão por parte daqueles que, em razão de outras escolhas estilísticas, combatem o pós-modernismo e uma satisfação barata para os outros (Mangin, 1985).

Nos dois casos as consequências são as mesmas: a incapacidade de analisar ou de projetar um tecido urbano, isto é, um conjunto de disposições que garantam um estatuto claro e estável dos espaços, permitindo a adaptação, a modificação, a densificação ou a substituição do quadro construído e a evolução e mesmo a renovação das práticas dos habitantes. Curiosamente, o formalismo, que sobrecarrega quase inevitavelmente a reflexão sobre a arquitetura, esvazia a questão da forma, reduzindo-a a um debate estilístico.

Traçados e tecidos urbanos

Duas pesquisas sobre a cidade de Versalhes, realizadas entre 1976 e 1978 (Castex *et alii*, 1978; Castex, Celeste,

Panerai, 1980) permitiram prosseguir a reflexão sobre as formas urbanas, reunindo diversas interrogações sobre um território preciso. Elas deram origem a numerosos trabalhos posteriores.

O estudo dos grandes traçados que fundam a cidade de Versalhes num jogo de simetria com o desenho dos jardins permitiu precisar a noção de **figuras** e vinculá-las à implementação de **loteamentos** sucessivos que marcam a construção da cidade.

Assim a composição erudita - figura que evoca a idéia de uma organização monumental, de um desenho acabado - não é concorrente mas complementar no que concerne a procedimentos mais expeditos fundados sobre a repetição e a série, as quais respondem às necessidades da urgência e da quantidade.

Esta evidência do loteamento como técnica fundamental de criação do tecido urbano foi objeto, em seguida, de numerosos estudos (Divorne *et alii*, 1985; Mangin, Panerai, 1985; Panerai, 1986) girando em torno das mesmas questões: como um traçado simples, realizado freqüentemente num tempo relativamente curto, pode estar na origem de um tecido complexo? Quais são as unidades constitutivas deste tecido e os mecanismos de sua complexificação?

A medida que se desenvolviam nossas análises, a quadra aparecia cada vez mais como um resultado, como a reunião de conjuntos de lotes construídos ordenados e distribuídos pelas ruas.

A noção de fileira é preciosa na medida em que permite, a partir dos mesmos termos, dar conta de tecidos produzidos em épocas e em contextos diferentes, assim como compará-los. De casas tradicionais alinhadas ao longo de uma avenida a loteamentos operários de cidades mineiras, de *terraces* aristocráticos a ruas de loteamentos especulativos, de séries de palácios ou de mansões a fileiras de casas populares, a distância, com efeito, não é tão grande quanto se possa imaginar. Ao menos no que se refere à capacidade desses diferentes tipos em constituir tecidos urbanos, em associar-se na cidade, de onde deriva um trabalho sobre as lógicas e as dimensões dos parcelamentos, que busca relacionar a organização geométrica, técnica e jurídica do solo com os tipos de edificações que aí podem ser construídas (Mangin, Panerai, s/d).

A análise da organização do solo (traçado de vias e parcelamentos) e da estabilidade desta organização conduziram à reflexão sobre a persistência, nas cidades, das disposições espaciais anteriores, que regiam um **território agrícola** cujas rotas, caminhos, canais e campos formaram a sua trama física. Diferentes pesquisas sobre o subúrbio parisiense, a periferia londrina, a periferia das cidades espanholas ou do Cairo permitiram aprofundar essa questão (Demorgon *et alii*, 1985; Sabatier, 1987)⁵.

A forma da cidade não aparece aí como o produto de uma decisão voluntária (a fundação e o traçado que a acompanha), nem como fruto de uma longa maturação em que se superpõem os traços da história: a cidade medieval reorganizada na época barroca e no século XIX. Ela é a consequência de uma extensão, frequentemente rápida, devida ao crescimento da população. Ela tira partido da **lógica dos grandes itinerários** que estruturam o território, ligando a cidade ao campo e às cidades vizinhas, e da **configuração do território cultivado** que fornece, às vezes quase sem modificações, o suporte da edificação.

Tipos construídos e tecidos urbanos

Prendendo-se aos diferentes loteamentos que compõem a cidade, o estudo sobre Versalhes revelou diferentes tipologias.

Entre elas, aquelas dos grandes lotes onde a construção de origem, uma única edificação baixa dando para a rua, é progressivamente transformada em uma organização heterogênea de diversos imóveis distribuídos por um pátio profundo.

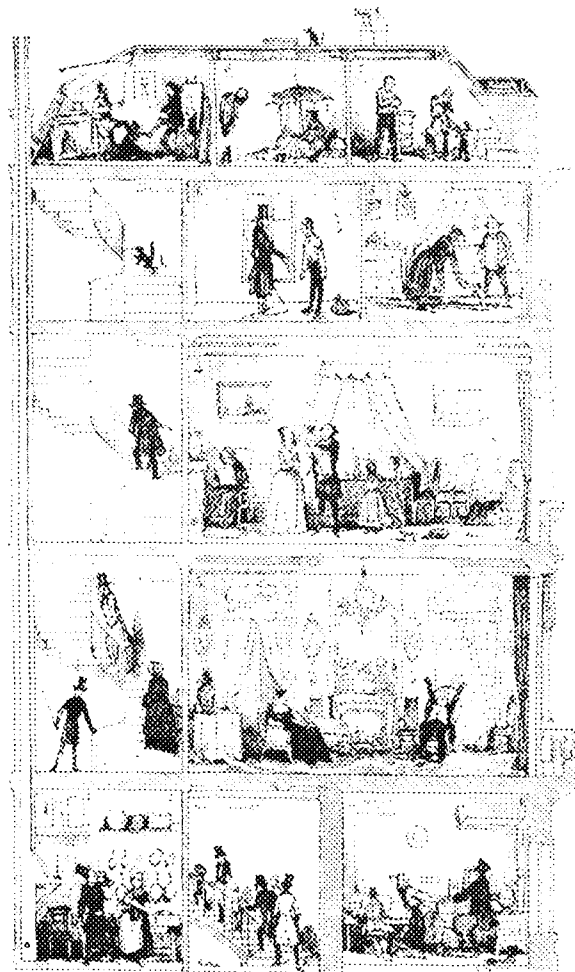
O papel desempenhado pelo pátio no imóvel urbano, já abordado em diversos trabalhos sobre Paris⁶, é objeto de várias pesquisas⁷. Ao pátio “residual”, consequência de um longo processo de densificação do tecido, se opõe o pátio ordenado que organiza, de uma só vez, a distribuição das construções nas parcelas ao mesmo tempo que afirma sua unidade. Assim, o estudo do imóvel parisiense mostra como, no final do século XVIII, desenvolve-se um novo tipo de edificação destinada à habitação burguesa ao mesmo tempo em que explicita uma nova organização da vida familiar. O estudo tipológico nos parece útil aqui para colocar em relação elementos de uma configuração espacial:

o imóvel de pátio ordenado, uma localização na cidade, testemunho dos mecanismos fundiários da época, os parcelamentos sobre os quais se edificam estes imóveis com as resoluções geométricas que eles requerem, a incorporação, na arquitetura, da evolução dos modos de vida, cujas consequências afetam tanto a distribuição interna da habitação quanto aquela, geral, do imóvel.

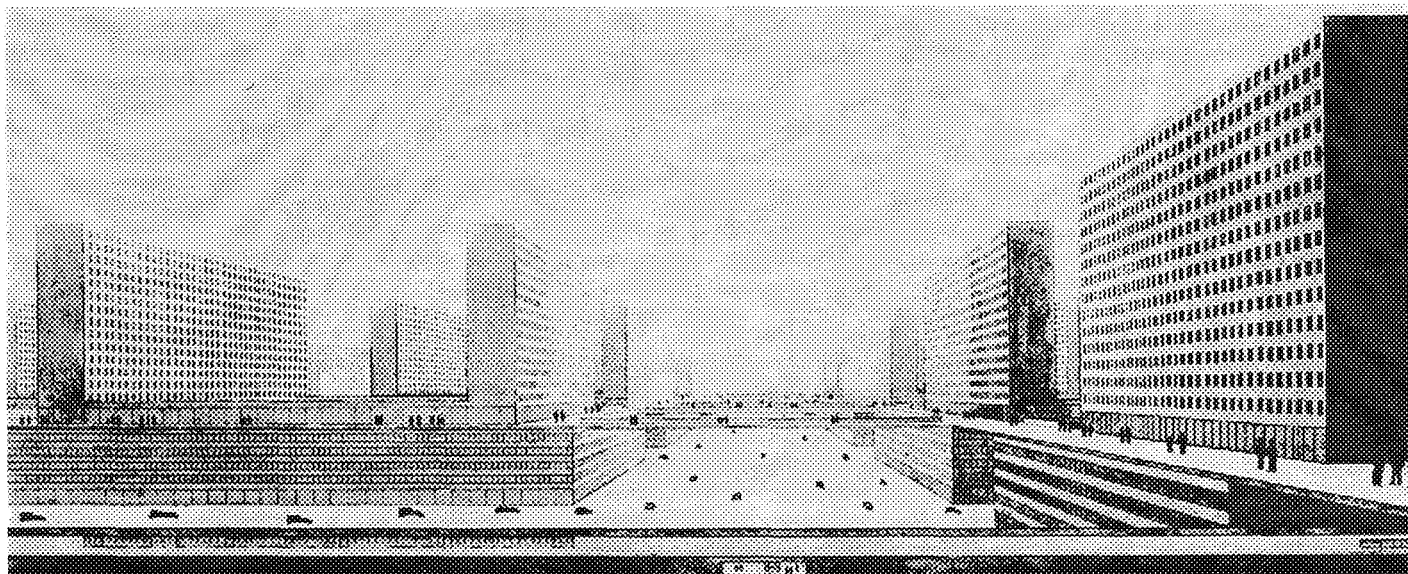
Tais interrogações são esclarecidas por um paralelo, sobretudo com a Itália, onde a tradição do palácio aristocrático marca profundamente o desenvolvimento dos *palazzi* e a constituição do tecido de cidades como Turim, Gênova, Roma ou Milão nas ampliações urbanas do século XIX.

O trabalho sobre Paris nos permite apreender uma evolução. O edifício inventado no século XVI, racionalizado e codificado durante a Mo-

narquia de Julho⁸, forma a base, com modificações, das operações haussmannianas. Com a cobertura do pátio, ele fornece o modelo da construção industrial e comercial



Edifício haussmaniano



Jogo dos volumes sob a luz: a cidade vertical de Hilberseiner

do fim do século, triunfo do vidro e do metal, que realiza no tecido urbano a integração das novas atividades econômicas.

Suas transformações posteriores, a abertura do pátio sobre a rua, a introdução de equipamentos de conforto, anunciam o início de uma desintegração do tecido. As habitações coletivas⁹ dos anos 30 marcam a última tentativa de conciliar as convenções urbanas - o respeito às formas estabelecidas - e as novas idéias sobre a higiene e a aeração do tecido. A reconstrução e os grandes conjuntos consagram a ruptura entre a arquitetura e a cidade: os edifícios tornados autônomos não se inscrevem mais num tecido.

FORMAS URBANAS E FORMALISMO ARQUITETÔNICO

A autonomia dos edifícios e da arquitetura com relação à cidade começa no século XIX com o isolamento dos monumentos que, mesmo que ainda implantados em situação urbana (praças, esplanadas, perspectivas), já se libertam das restrições de parcelamento às quais as outras edificações continuam submetidas. Com o Movimento Moderno, assiste-se a uma monumentalização geral da construção, notadamente da habitação social que concentra a grande parte dessa produção. Essa monumentalização se faz acompanhar da segregação das atividades e do isolamento das formas arquitetônicas..., “*jogo erudito, correto e magnífico dos volumes sob a luz*”¹⁰. Ela procura sua justificativa na esperança ingênua de uma nova distribuição da propriedade fundiária em que o solo, inteiramente controlado pela coletividade, seria acessível a todos. Dessa maneira, ela ignora os mecanismos concretos da produção do tecido urbano e da apropriação do construído pelos habitantes.

Lançando a questão da forma urbana, os italianos, logo seguidos por numerosos grupos aqui e acolá, tiveram o mérito de recolocar a questão da cidade no centro do debate sobre arquitetura. Mas esta questão é ainda freqüentemente abordada de uma maneira formalista. O objeto “urbano” substitui o objeto puro mas continua um objeto. As formas urbanas são apressadamente reinterpretadas como peças urbanas, isto é, edifícios. Certamente estes aceitam algumas restrições dos traçados da cidade, mas eles se destinam muito mais a aparecer que a organizar o território.

Ora, é a organização do território - redes, malhas e parcelamentos - que condiciona a capacidade do tecido de evoluir e de se adaptar a novas condições. Mais que colocar em evidência formas-objetos oferecidas em modos sucessivos, a análise urbana deve hoje perseguir a **compreensão dos fenômenos que ancoram a cidade na duração**.

Pode-se, para concluir, lembrar que os instrumentos existem e que o trabalho já começou de forma vigorosa. Françoise Boudon já indicava, há 10 anos, essa necessidade, em termos que nada perderam de sua atualidade: “*A história da cidade está inscrita em seu tecido de parcelamentos. Já é tempo de renunciar ao modo de análise tradicional, que induz à dissociação entre os lugares onde se exercem as atividades urbanas e essas atividades elas mesmas. A análise do parcelamento é o instrumento científico que faz aparecer em diacronia a ligação entre lugar e função e permite desbloquear a solidariedade entre os lugares e a cidade: ela explica a relação de vizinhança, que é um dos aspectos fundamentais da paisagem urbana.*” (Boudon, 1977.)

Notas

¹Artigo publicado na revista *Villes en Parallèle* n.12-13, 1988, pp.100-109, sob o título "L'Etude Pratique des Plans des Villes", o mesmo, portanto, da tradução francesa (1922) do livro de Raymond Unwin, *Town Planning in Practice*, de 1909.

²Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, que tiveram lugar entre 1928 e 1956. (N. do T.)

³Ver Haumont, Raymond (1966). O autor chama esses pesquisadores de "pavillonnaires". (N.doT.)

⁴Cidades novas fundadas na Baixa Idade Média, por motivos econômicos ou militares, no sudoeste da França. (N. do T.)

⁵É as pesquisas em curso sobre o espaço da estrada nos subúrbios e a organização das periferias (Demorgon, Sabatier, Leclerc) e *Le Caire, Territoire Agricole et Urbanisation* (Depaule, Noweir, Panerai).

⁶Ver obras citadas: Castex, Panerai (1971), Haumont, Raymond (1966), Devillers (1974), Panerai (1979) e Castex *et alii* (1977), além de numerosos trabalhos na esfera do ensino de Celeste *et alii* (1985), Castex *et alii* (1986) e diferentes pesquisas sobre o habitat na cidade árabe: Depaule, Noweir *et alii* (1984, 1986).

⁷Ver diferentes pesquisas em andamento (Bresler, Castex, Celeste, Chatelet).

⁸Período imediatamente anterior à Revolução de 1848, que institui a Segunda República francesa. (N. do T.)

⁹H.B.M. (*habitations bon marché*), no original, referência à grande produção nessa época de imóveis coletivos destinados a população de baixa renda. (N. do T.)

¹⁰Citação de Le Corbusier em seu livro *Vers une Architecture*, publicado originalmente em 1923. (N. do T.)

Referências Bibliográficas

- BOUDON, F. *et alii*. *Système de l'Architecture Urbaine, le quartier des Halles à Paris*. Paris: CNRS, 1977.
- CASTEX, J., CELESTE, P., CHATELET, A. M., MILLER-BACHLER, N., TURIN. *Observations sur l'Architecture d'une Capitale Baroque*. Versailles: École d'Architecture de Versailles, Laboratoire de Recherche, 1986.
- CASTEX, J., CELESTE, P., DELORME, J. F., DEMORGON, M., DEPAULE, J. Ch., PANERAI, Ph., SABATIER, R. *Architecture*

- Contemporaine à Versailles*. Parcours, écritures, dessins. ADROS UP3. Versailles, 1978.
- CASTEX, J., CELESTE, P., PANERAI, Ph. *Lecture d'une Ville: Versailles*. Rapport de Recherche ADROS-CORDA, 1978. Paris: Ed. du Moniteur, 1980.
- CASTEX, J., DEPAULE, J.Ch., PANERAI, Ph. *Formes Urbaines: de l'ilot à la barre*. Rapport de recherche ADROS-CORDA, 1975. Paris: Dunod, 1977.
- CASTEX, J., PANERAI, Ph. *Analyse du Tissu Urbain du Nord-Est Parisien*. Contrat APUR, 1971.
- CELESTE, P., BLANC, D., MEYER, D. *L'immeuble à Cour*. Versailles: École d'Architecture de Versailles, Laboratoire de Recherche, 1985.
- DEMORGON, M., PANERAI, Ph., SABATIER, R., VOLPE, E. *La Banlieue comme Territoire Structuré*. Versailles: École d'Architecture de Versailles, Laboratoire de Recherche, 1985.
- DEPAULE, J.Ch., NOWEIR, S. *et alli*. *L'Habitat Urbain dans l'Orient Arabe*, éléments d'architecture. Versailles: École d'Architecture de Versailles, Laboratoire de Recherche, 1984.
- DEPAULE, J.Ch., NOWEIR, S., MOUNIER, J.F., PANERAI, Ph., ZAKARYIA, M. *Actualité de l'Habitat Ancien au Caire, le rab' Qizlar*. Le Caire: CEDEJ, Dossier n.4, juin 1986.
- DEVILLERS, C. *Typologie de l'habitat et Morphologie Urbaine*. In *L'Architecture d'Aujourd'hui*. Paris, n. 174, juillet, 1974.
- DIVORNE, J., GENDRE, B., LAVERGNE, B., PANERAI, Ph. *Les Bastides d'Aquitaine, du Béarn et du Bas-Languedoc*, essais sur la régularité. Bruxelles: AAM, 1985.
- HAUMONT, A.&N., RAYMOND, M. & M.G. *L'Habitat Pavillonnaire*. Paris: ISU-CRU, 1966.
- MANGIN, D. *L'Architecture dans l'Impasse*. In *L'Architecture d'Aujourd'hui*. Paris, n. 245, octobre 1985.
- MANGIN, D., PANERAI, Ph. *Lotissements, Découpages, Composition*. IFA, Plan-Construction, 1985.
- _____. *L'Économie des Tracés Urbains*. Recherche Plan Urbain (em andamento).
- PANERAI, Ph. *Typologies*. In *Les Cahiers de la Recherche Architecturale*. Paris, n. 4, 1979.
- PANERAI, Ph., GENDRE, B., CHATELET, A. M. *Villes Nouvelles et Villes Nouvelles*. Les composantes rationnelles de l'urbanisme français. Versailles: École d'Architecture de Versailles, Laboratoire de Recherche, 1986.
- SABATIER, R. *Territoire Agricole et Front d'Urbanisation*. Versailles: EAV, 1987.